

## As transformações no mundo do trabalho e a dificuldade de moradia

Cessimar de Campos Formagio  
Mestranda em Sociologia/ UFSCAR

### A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E MORADIA

O trabalho é a exteriorização da capacidade humana de transformar o meio em que vive e construir as bases materiais e simbólicas de sua existência (Marx, 2005). Para que o trabalho se concretize são necessários instrumentos (terra, ferramentas, informações) de modo que, se esses são monopolizados, o trabalho a ser realizado não obedece mais a critérios de quem o executa, mas sim de quem detém os meios de produção. Sem o acesso aos meios, grande parte dos homens e mulheres tem como forma de sobrevivência vender sua força de trabalho em troca de um salário que supostamente lhes permitiria obter elementos básicos para a vida: o alimento, o vestuário e a moradia.

A força de trabalho é colocada, portanto, como uma mercadoria cujo valor é regulado, entre outros, pelo valor de uma outra mercadoria: a moradia. Vendendo a primeira, o trabalhador poderia ter o acesso à segunda. Porém a forma como o montante necessário ao acesso à casa se inclui no valor do salário varia conforme a conjuntura das relações de trabalho e também em relação à posição que o trabalhador ocupa no mercado.

Em “Trabalho assalariado e capital”, Marx aponta que variação salarial é traçada por fatores como a proporção entre oferta e procura, o percentual de trabalho apropriado e não pago pelo empregador, o tempo necessário à formação especializada e também pelo valor das mercadorias necessárias para manter o trabalhador produzindo. Em relação a este último, o autor explica que o valor do salário pode permanecer o mesmo, mas se as outras mercadorias aumentam, ele diminui:

“No Inverno de 1847, em consequência duma má colheita, os meios de subsistência mais indispensáveis, cereais, carne, manteiga, queijo, etc., tinham subido significativamente de preço. Admitamos que os operários tinham recebido, tal como antes, a mesma soma em dinheiro pela sua força de trabalho. Não baixara o seu salário? Certamente. Pelo mesmo dinheiro recebiam em troca menos pão, carne, etc. O seu salário baixara, não porque o valor da prata tivesse diminuído, mas porque o valor dos meios de subsistência tinha aumentado” Marx (1982:18)

Essa queda relativa pode ser identificada ao se observar o comportamento da renda e preço de moradia nas últimas décadas. No estado de São Paulo, mais de 50% da população

recebe de 1 a 3 salários mínimos, se compararmos o poder de compra desta renda com a variação dos preços de aluguel e venda de imóveis, ficará visível (vide tabela 1) que eles seguem caminhos opostos. A renda que vem do trabalho não permite a grande parte dos trabalhadores o acesso a terra urbana, seu salário cada vez menos responsabiliza-se por garantir essa necessidade. Com estas considerações, é possível partir, então, da idéia de que as condições de moradia, num momento histórico em que a sobrevivência se dá pelo trabalho assalariado, se traçam diretamente pelas condições de trabalho. O grau de dificuldade de acesso à moradia varia conforme a posição que os sujeitos ocupam no mercado de trabalho, de modo que há diferenciações intra-classe, diferenciações que são, inclusive, exploradas pelos capitalistas imobiliários. Paul Singer (1982) traz observação neste sentido, destacando que, se a terra é propriedade privada, a via predominante de acesso a ela é a compra, de modo que a dificuldade de conseguir um local de moradia é geral, porém tem gradações, pois aqueles que recebem o menores salários assim como aquela grande parte que é informalmente explorada não se inserem nem nos programas governamentais de habitação popular, a eles resta a ilegalidade:

“A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetário seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios de pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas vazias com fins especulativos, formando as famosas invasões” (Singer, 1982:33)

Quando se analisa como que, nas décadas entre a abolição da escravatura e passagem para o trabalho assalariado, os trabalhadores moraram, nota-se que sempre existiu uma diferenciação entre eles. Houve grupos que, conforme sua posição nas incipientes indústrias, conseguiu se fixar em áreas mais centrais, nas vilas operárias construídas pelas indústrias (Decca, 1991; Blay, 1985). Outros só conseguiam pagar os aluguéis em casas mais distantes além da linha que delimitava a área mais valorizada e um terceiro grupo, formado principalmente pelos trabalhadores informais, habitavam os cortiços<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A definição de cortiço é detalhada por Neide Lahfeld em “Uma abordagem populacional para um problema estrutural: a habitação. Petrópolis: Vozes, 1988. De forma geral, por cortiços são entendidas as casas ou prédios onde se aluga quartos (que podem ser dentro da casa ou nos porões) para moradia de famílias. É marcado pela aglomeração de pessoas num mesmo cômodo e pela precariedade de acomodação dos imóveis (poucos banheiros, baixa ventilação e claridade).

As diferentes posições no mercado de trabalho definem a intensidade da dificuldade de conseguir moradia, tanto no início do século como hoje, por isso, vemos a necessidade de discutir aqui quem é a classe trabalhadora e como ela é heterogênea. Essa discussão torna-se importante, pois, quando analisamos as necessidades habitacionais no Brasil (Fundação João Pinheiro), percebemos que os programas governamentais de habitação popular abrigam, mesmo que de forma precária, uma parte dos trabalhadores de baixa renda, a outra parte, assim como grande parte aqueles que estão fora do mercado de trabalho formal vão se somar nas ocupações chamadas de irregulares, passando por situações de extrema vulnerabilidade.

Com as transformações nas relações de trabalho a partir da década de 90, a porcentagem de trabalhadores que enfrentam este problema aumenta, de modo a ficar cada vez mais visível a incoerência da função mercadológica da terra se sobrepor à sua função social.

Nesta apresentação, buscaremos explorar como se inter cruzam as transformações atuais do mundo do trabalho e a ampliação da dificuldade de morar dignamente. Para tanto, propomos uma breve análise histórica das formas de moradia dos trabalhadores desde o início do processo de industrialização brasileira até hoje, tentando acompanhar como se desenrolam os dados sobre as necessidades habitacionais e os das condições de trabalho.

### *A CLASSE TRABALHADORA E SUA LOCALIZAÇÃO NA CIDADE*

A classe trabalhadora se define, como demonstrado ao longo das obras marxianas, como aquela que, por não ter a posse dos meios de produção, vende sua força de trabalho para manter a sobrevivência da família.

A propriedade privada não se extinguiu, portanto, continua existindo um grande grupo social que não consegue trabalhar para si mesmo, nem produzir aquilo que precisa para auto-sobrevivência. A classe trabalhadora continua a existir, tenha ela consciência de que existe enquanto grupo ou não; e o trabalho continua a ser central em sua vida, pois continua sendo sua forma de obter renda e também do empregador ter garantido o lucro.

São as condições sociais criadas que fazem com que a maior parte da população mundial pertença a esta classe, o que não significa que ela seja um grupo homogêneo. A situação de expropriação e exploração lhes é comum, porém existem diferenças culturais, de gênero, de formação, de renda, de posição no mercado de trabalho que precisam ser consideradas, pois essas diferenças são muitas vezes usadas como forma de hierarquização e intensificação da exploração.

Um dos principais argumentos das teorias que criticam a idéia da centralidade do trabalho é o fato de que o mundo do trabalho passou por aceleradas e complexas transformações, de modo que o trabalho industrial, aquele que foi o eixo central das análises do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, não concentra mais a maior parte dos trabalhadores. Além disso, do grupo populacional considerado em idade ativa para o trabalho, mais de 50% (DIEESE, 2007) são trabalhadores informais e/ou desempregados. Para que essas transformações sejam consideradas na compreensão da classe trabalhadora é que Antunes (1999) propõe a ampliação da categoria classe, criando a expressão “classe que vive do trabalho”. A idéia de “classe que vive do trabalho” permite considerar a variedade de posicionamentos dos trabalhadores no mundo do trabalho:

“Uma noção ampliada da classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado do Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são diretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de ampliação do desemprego industrial.” Antunes (1999:104/105)

É desse entendimento que partimos para analisar as condições de moradia. Visualizamos que a classe que vive do trabalho passa por imensas dificuldades para conseguir um local seguro para morar, porém há diferenciações no modo como grupos específicos dessa classe se apropriam do espaço urbano. Há um grupo que consegue acesso aos financiamentos habitacionais de bancos públicos ou privados ou mesmo consegue guardar durante anos uma quantia e comprar um imóvel à vista; há outro grupo para o qual o aluguel é um fantasma que sempre o acompanha, de modo que a perda do emprego significa uma ameaça de despejo; e há ainda um outro, composto por aqueles que não encontram nenhuma alternativa legal e partem para a ocupação irregular de algum espaço menos cobiçado, seja através de uma ação individual espontânea ou da participação em um movimento organizado. A tabela a seguir mostra os dados sobre a faixa de renda salarial da população de Campinas/SP, cidade em que se pauta a projeto de mestrado<sup>2</sup> do qual este artigo é fruto:

---

<sup>2</sup> Título: “Luta por moradia e a política habitacional em Campinas”. Projeto de mestrado em desenvolvimento pela autora na Universidade Federal de São Carlos.

Tabela 1 - Distribuição Salarial – Campinas, 2007

Faixa salarial	População	%
até 1 s.m.	21.596	6,6
1 a 2	100.014	30,5
2 a 3	67.622	20,6
3 a 4	35.877	10,9
4 a 5	22.444	6,8
5 ou +	80.885	24,6
Total de trabalhadores formais	328.438	
Total da PEA		818.469

Fonte: MTE - Relação Anual de Informações Sociais

A tabela acima mostra a faixa salarial dos trabalhadores que possuem vínculo formal com o trabalho: são 328.438 pessoas. Assumindo que população economicamente ativa<sup>3</sup> (PEA) é de 818.469 pessoas, podemos tirar as seguintes conclusões:

- 1) Somando-se os que ganham de 3 a 4 e 4 a 5 salários, tem-se um total de 17% dos trabalhadores formais. Esse grupo, de forma geral, consegue ter acesso aos financiamentos ou mesmo arcar com um aluguel, embora isso não signifique que não encontre dificuldades. Os componentes desse grupo habitam os bairros de classe média ou as casas mais estruturadas dos bairros pobres.
- 2) O grupo dos que ganham 5 ou mais, 24,6%, tem maiores possibilidades de moradia e grande parte dos lançamentos imobiliários tem-no como foco. É preciso considerar, ainda, que por serem abarcados em um valor abrangente (mais de 5 pode ser de R\$ 2.500,00 a milhões), muitos do grupo não seriam considerados por nós como “classe que vive do trabalho”<sup>4</sup>.
- 3) Entre os que recebem de 0 a 3 salários mínimos estão 57,7% dos trabalhadores formais da cidade. Esse é o grupo não considerado nos programas de financiamento habitacional e do qual o aluguel absorve grande parte da renda. A dificuldade de moradia é imensa para os que estão nessa faixa salarial, grande parte do tempo gasto no trabalho vai para habitação. São

<sup>3</sup> **Segundo conceito do IBGE: População Economicamente Ativa (PEA)** corresponde a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada (formal ou informalmente) ou está desempregada. Não entram, portanto na PEA o trabalho infantil, os inativos, os incapacitados para o trabalho.

<sup>4</sup> Antunes (1999: 104) destaca que: “A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detém o papel de controle no mercado de trabalho, de valorização e de reprodução do capital dentro da empresa e que recebem rendimentos elevados. Exclui também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária”

várias as estratégias que muitos desses grupos adotam na tentativa de uma moradia, em uma situação bem tensa.

4) Se do número da PEA subtrairmos aquelas que estão no mercado formal (328.438) tem-se 490.031 pessoas sem vínculo formal com o trabalho (autônomos e profissionais liberais não cadastrados, muitas das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, camelôs, pedreiros, vendedore(a)s ambulantes, desempregados a procura de emprego). Grande parte deste grupo, que corresponde a aproximadamente 59,3% da PEA, tem a posição mais vulnerável no mercado de trabalho e que não tem, portanto, nenhuma possibilidade legal de moradia, a solução é a ocupação de áreas vazias bem distantes do centro (pois se ocupam a região central logo são removidos), terras públicas e áreas de risco.

Segue abaixo a tabela 2, que expõe o percentual da população de Campinas que vive em situação irregular, e insegura visto que sem a legalização torna-se mais fácil uma remoção:

Tabela 2 – Ocupações irregulares<sup>5</sup> por tipo, número de domicílios e população estimada em 2003/ Campinas (SP)

Tipo de ocupação	Quantidade	Moradias	População estimada
Favelas (áreas não regularizadas, mas com possibilidade de regularização)	82	14.149	63.690
Núcleos (áreas em fase de regularização)	20	1544	6.984
Ocupações (áreas cuja regularização não está prevista)	121	21783	82.174
Ocupações em fase de regularização	10	1272	4800
Total	233	38.748	157.648
População de Campinas - 2003			1.003.999

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação/ PMC, 2003

Os dados da tabela 2, apresentados pela prefeitura no ano de 2003, mostram que 16% da população da cidade vive em situação de moradia irregular. Tal porcentagem apresenta defasagem se levarmos em conta que os dados são de 2003 e a taxa de favelização aumenta mais que o crescimento populacional da cidade. São locais com pouca infra-estrutura e onde os poucos serviços públicos existentes foram fruto de muita luta. Esses moradores e moradoras, somados àqueles que vivem em moradias com parentes (coabitação) e aqueles que

<sup>5</sup> O tipo de classificação exposto é aquele adotado pelo governo municipal no processo de contagem das ocupações irregulares, e que difere da forma de classificação do IBGE. Sobre o dissenso entre as definições de favelas consultar Taschner (2001): “Alternativas habitacionais para a população de baixa renda: conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo”

consomem mais da metade da renda com aluguel compõem o quadro dos trabalhadores que ocupam as piores posições do mercado de trabalho e que vão, na cidade, habitar as áreas mais precárias e estigmatizadas.

Esta relação direta – entre o valor da força de trabalho e o valor da moradia – é aqui explorado na tentativa de compreender como é criada a dificuldade de moradia e como as transformações no mundo de trabalho repercutem diretamente no aumento da precariedade das condições gerais de habitação dos trabalhadores, de modo que a parcela desse conjunto que vive em situação irregular tende a aumentar.

### AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DIFICULDADE DE MORAR

O modo de morar se define por aspectos culturais e também pelas relações de produção de determinada época. É a forma como os seres sociais se dividem e distribuem entre si os meios de produção que diz como será o acesso a terra, seja para fins de trabalho, seja para a morada.

No Brasil, o controle da terra inicia-se com as capitânicas hereditárias, mas seu caráter privado se acentua mais drasticamente em 1850, com a lei de terras. Maricato (1995) interpreta que, neste momento, deu-se uma das mais incisivas ações legais que firmam a propriedade privada no Brasil e garantem o rompimento da ligação entre o trabalhador e a posse da terra, que é garantida, então, não pelo seu uso, mas pelo documento de escritura. Tal procedimento prepara o cenário para a implantação do trabalho livre, que será gradativamente implantado nas décadas posteriores. Como pontua Moraes (1999), ao analisar a expropriação da terra dos camponeses no Brasil: ao projeto de modernização agrícola que previa a mão de obra imigrante, o Estado garantiu a estrutura legal para seu monopólio sobre as terras devolutas, de modo que nem os posseiros, nem os negros desvinculados das fazendas e nem os trabalhadores recém-chegados tivessem acesso às terras não ocupadas. Tal como considera a autora:

“Sem remontar ao período colonial das Sesmarias, em que as terras eram doadas pela Coroa Portuguesa aos membros dos setores dominantes, pode-se afirmar que, a partir da Lei de Terras, o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda, como e quando lhe aprouver. Isto significa que a propriedade da terra, antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de compra dos futuros proprietários. É por meio deste

monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão ato de direito público” (MORAES, 1999:30)

No momento da passagem do trabalho escravo para o assalariado permanece o perfil de moradia em que o local de trabalho é o mesmo de morada. Nas áreas de produção de açúcar e café, as senzalas e, posteriormente, as colônias de imigrantes ficavam próximas à casa grande. Tal proximidade garantia aos donos da fazenda um alto controle da vida dos trabalhadores, tanto que esse modelo é copiado nas primeiras fábricas.

Há relatos de que as péssimas condições de moradia nesses modelos habitacionais levavam a fuga de muitos imigrantes, o que levou os construtores a pensar estratégias de fixar as pessoas ao trabalho. Decca (1991) cita exemplos como a “Fábrica de todos os santos” na Bahia e “Andaraí pequeno” no Rio de Janeiro que construíram dormitórios ao redor da fábrica. Essa estratégia se espalha e vai sendo aprimorada, muitas indústrias financiaram a construção das vilas operárias, tal como ocorreu também nas ferrovias. Era, como ressalta Gonçalves (2002:60), um modo de baratear o salário e ainda impor um ritmo de produção:

“Ao ver a vila operária como um capital fixo, o empresário construía as casas e mantinha-se como proprietários delas, alugando ao trabalhador, na maioria das vezes por um preço baixo. O aluguel devido à fábrica era descontado diretamente dos salários. Desta forma, a casa do operário representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho e de ampliação das condições de produção com a manutenção do trabalhador no emprego” Gonçalves (2002:60)

Como se pode concluir, a idéia do patrão como construtor da moradia era uma dupla forma de extração de mais-valia, a primeira já implícita no valor de salário estipulado, a segunda ocorre quando parte desse salário retorna ao proprietário. Porém é preciso salientar que a moradia ao redor das fábricas não era destinada a todos os trabalhadores, mas sim aos mais especializados. Essa estratégia foi viável num momento em que havia poucos trabalhadores com alguma especialização e mantê-los por perto era necessário. Aos trabalhadores menos qualificados e aos desempregados cabia procurar um local mais distante onde conseguisse alugar um imóvel ou habitar os cortiços que existiam nos centros das cidades.

Entre as décadas de 30 e 50, com o fortalecimento da produção industrial e maior regulamentação estatal das relações trabalhistas a iniciativa do industrial como construtor vai perdendo força e o Estado passa a um controle maior da política habitacional. Trata-se de um momento de transição de modelo: até a década de 40, mesmo que uma linha divisória espacial

já estivesse em curso, ainda existia uma concentração de trabalhadores pobres nas áreas centrais, porém, a partir do novo posicionamento do Estado em relação à habitação popular, a segregação vai se intensificando pois os conjuntos habitacionais financiados pelo Estado são construídos em áreas mais afastadas, deixando espaços vazios que tendem a se valorizar e onde muitos trabalhadores nunca conseguiram se fixar

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o padrão de moradia que se tem da lei de terras até a década de 40 do século XX é o das moradias populares ao redor da fazenda ou indústrias, um centro em que se fixavam os industriais e comerciantes mais ricos e também os cortiços<sup>6</sup> e áreas mais afastadas em que se tem a ocupação ilegal, com trabalhadores dedicando-se à agricultura de subsistência.

A partir da década de 40, surgem os primeiros conjuntos residenciais<sup>7</sup> destinados aos trabalhadores formais e começa a se consolidar o mercado imobiliário, já seguindo a lógica que se intensificaria: o distanciamento dos conjuntos habitacionais, avançando muitas vezes para a área rural e deixando áreas já estruturas desocupadas. Como analisa Baeninger (1996) esse processo se intensificará, formatando espaços vazios sob o controle da especulação imobiliária e empurrando muitos dos novos habitantes que chegam nas décadas posteriores a residir em regiões mais distantes. Como pontua a autora o desenvolvimento industrial do município de Campinas, financiado com o capital gerado na produção de cana e café, propiciou um investimento na malha viária (Rodovias Santos Dumont, Anhanguera, Dom Pedro) e o espalhamento das indústrias por essas vias, gerando um padrão de crescimento físico com áreas intermediárias vazias e horizontalização com grande especulação do capital mercantil.

Tal modelo de ocupação bem pouco coeso vai romper a proximidade casa x trabalho que se fazia presente no início de século XX e até uma certa heterogeneidade que marcava o espaço social, com a classe dominante e as populares convivendo próximas. Conforme aumentam a densidade populacional e as atividades industriais, aumentam as vias de circulação, os transportes e a terra é valorizada, de modo que a heterogeneidade das áreas centrais vai se diluindo, diferentes classes sociais já não iram habitar a mesma região. A partir de então, formam-se espaços de valorização que, aliados à grande demanda populacional

---

<sup>6</sup> Sobre os primeiros cortiços em Campinas, Cleber Maciel, em “Discriminações raciais — negros em Campinas (1888 – 1926)”, aponta que existiam em 1896 nas ruas centrais da cidade uns três ou quatro cortiços, e que naquele ano já havia ocorrido uns dez casos de febre amarela. Porém pouco era feito para melhorar as condições de habitação nos cortiços, pois estes eram organizados pela iniciativa privada como forma de investimento e obtenção de lucro rápido e fácil. (1997:48).

trazida pelo êxodo rural, vão proporcionar o esparsamento da cidade, exigindo trajetos cada vez mais longos para se chegar ao centro da cidade.

Interessante destacar que, conforme a terra urbana tem um crescente aumento de seu valor de troca, o valor do salário diminui, pois a parcela salarial necessária para cobrir os gastos com habitação (seja para parcela do financiamento seja para o aluguel) aumenta bem mais rápido que a reposição salarial. De modo que, no geral, todos aqueles que têm a renda proveniente do trabalho perdem, porém aqueles que estão em situação mais frágeis e/ou sem vínculo de trabalho garantido tem suas dificuldades ampliadas. E conforme as condições de trabalho se deterioram, seja pelo aumento do desemprego estrutural, seja pelos impactos que esse causa no valor da força de trabalho em geral, maior a dificuldade do acesso legal à terra.

Banduki (1983) explica que o preço de um terreno num loteamento clandestino é menor porque quem loteou não garantiu os padrões técnicos (de escoamento de água, fiação elétrica, iluminação, sarjetas, canaletas) que passem pela aprovação dos órgãos municipais; essa ausência de serviços barateia a terra e é a única maneira que o trabalhador de baixa renda consegue pagar pela área, porém paga muito caro, pois tem que sozinho (muitas vezes no sistema de mutirão) construir a estrutura mínima de que a área não dispõe. Além disso, é por existirem áreas quase sem investimento público que as outras áreas se valorizam, de modo que para os proprietários dos imóveis e vazios urbanos é muitas vezes mais vantajoso permanecer com suas propriedades vazias a espera de maior valorização do que ocupá-los. Dados da Fundação João Pinheiro (2006) mostram que, na região Sudeste, o número de domicílios vagos é bem próximo à necessidade de moradia: existem na região 2.794.954 domicílios vagos, sendo que o déficit<sup>8</sup> de moradia é de 2.412.460. Os dados deixam evidente que o problema habitacional no Brasil não é de construção de casas, mas de acesso a estrutura já existente e de legalização das ocupações.

Enquanto o caráter privado da terra prevalece sobre sua função social, a moradia permanece como forma de baratear a força de trabalho, aumenta o tempo de vida que os homens e mulheres trabalham para pagar por um teto, não há nenhum mecanismo que force a variação salarial a seguir a variação do preço da terra urbana, pelo contrário, fatores como a taxa de lucro e a disponibilidade de força de trabalho tem predominante peso sobre o valor do salário.

---

<sup>8</sup> Por déficit de moradia a Fundação João Pinheiro contabiliza as famílias em coabitação, casas em estado precário e que precisam ser destruídas, casas em locais não residenciais e famílias em ônus excessivo de aluguel – quando o aluguel consome mais de 30% da renda. No cálculo do déficit não entram os domicílios inadequados que são aqueles cujo local de moradia existe, mas precisa de estrutura, seja legal – no caso das áreas irregulares, seja de investimento em serviços públicos.

A crise capitalista que se inicia na década de 70 e traz seus impactos mais fortes nas décadas seguintes terá, como salienta Antunes (1999), como resposta uma reestruturação produtiva que tem como conseqüências o aumento do desemprego estrutural e a constante tentativa de driblar as leis trabalhistas, trazendo formas mais flexíveis de contratos. Aumenta o número de pessoas que trabalham informalmente e também daquelas que passam anos à procura de um emprego. Com a dificuldade de obter uma renda fixa e a falta de perspectiva de que algo mude, a ilegalidade – e essa pressupõe a precariedade, a insegurança, o medo do despejo - vai se ampliando como única de alternativa de moradia. Vão se somando num mesmo espaço da cidade aqueles cuja força de trabalho é menos valorizada e que formam o conjunto cada vez mais numeroso daqueles envolvidos em formas de ocupação decorrentes daquilo que Antunes chama de *subproletarização do trabalho*. O autor salienta que o número de pessoas envolvidas no trabalho industrial tradicional diminui à medida que se intensifica a automação e novas formas de gestão da produção são aplicadas, e aumenta o número de vagas no setor de serviços e no informal, sendo que formas ainda mais precarizadas de trabalho vão compondo o cotidiano:

“Houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho” Antunes (1999:209)

As mudanças trabalhistas das últimas décadas têm como fruto o aumento do número de pessoas que, com a venda de sua força de trabalho, não têm uma moradia digna como garantia. Se diminuiu o número de sujeitos dentro das fábricas e ficou mais difícil a sua organização pelos sindicatos, aumentaram os trabalhadores subremunerados e informais nas ruas, envolvidos em movimentos de luta por moradia, a qual vai tornando-se um meio cada vez mais forte de união e organização de classe.

## BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo, 1999.

BAENINGER, Rosana. Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BANDUKI, R. & BANDUKI, N. Periferia da grande cidade de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial. 2ª. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na Cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. Momento de Ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinqüenta. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em SÃO PAULO (1920-1934). RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil. 2ª. ed. Brasília, 2006.

GONÇALVES, José Roberto. Espaço, tempo e memória: a recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas. O caso da vila Castelo Branco. Dissertação de mestrado em multimeios. Instituto de artes. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

HARVEY, DAVID. El “nuevo” imperialismo: sobre reajustes espacio-temporales y acumulación mediante desposesión. Revista Teoria, Cultura e Gênero, 2001.

KURZ, ROBERT. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial. Tradução De Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850 —1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais — negros em Campinas (1888 – 1926). 2ª. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MARICATO, Ermínia (org.). A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Ômega: 1982.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

MARX, Karl . O Capital: critica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender ; coordenação e revisão de Paul Singer ; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo : Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Capitulo VI inedito de o Capital : resultados do processo de produção imediata. São Paulo : Centauro, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Sumário de Dados Demográficos de Campinas e Região. SEPLAN. Campinas: 1997/1998.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1999.

SANTOS, Antonio da Costa. O ato de morar: uma oficina de posseiros. Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo, 1985.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Persistências e mudanças no viver urbano em dois bairros de Campinas: Cambuí e Vila Industrial. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial. 2ª. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A luta pela terra: experiência e memória.

SOUZA, Maria Adélia. A identidade da metrópole: verticalização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

VERRI, Narcisa B. W. Os sem-teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Paris 8. Campinas (SP), 2008.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra – urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.